



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 - SO.
Processo nº 05303/2019

AVISO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Juiz de Fora, faz saber, a quem interessar possa, que nos termos do que dispõe a Lei nº 8.666/93, receberá **às 9h30 (nove e trinta) horas, do dia 15 (quinze) de outubro de 2019**, na sala de reuniões da Subsecretaria Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, situada na Avenida Brasil, nº 2001 - 6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, os documentos relativos à habilitação e proposta para **a contratação de sociedade empresária especializada para a Prestação de serviços de engenharia elétrica para a execução de instalações elétricas, iluminação, manutenção e implantação em próprios municipais, instalações elétricas e de iluminação interna e externa em prédios e edificações das diversas unidades da administração municipal, iluminação em praças, parques e jardins e em eventos promovidos, patrocinados, apoiados ou de interesse do Município de Juiz de Fora/MG**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 2006, Lei nº 12.211/2011 e pelas demais condições fixadas no Edital, as quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

Poderão participar da licitação, pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, devidamente cadastrados, detentores de Certificado de Registro Cadastral do Município de Juiz de Fora – CAGEL, no prazo de validade, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º (terceiro) dia anterior a data do recebimento das propostas, observada a necessidade de qualificação, na forma do disposto no § 2º do art. 22 da Lei 8.666/93.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na subsecretaria (endereço supra), em arquivo digital mediante entrega de pen-drive, de segunda a sexta-feira, ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/outras_modalidades/. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado via e-mail – cpl@pjf.mg.gov.br, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A Comissão não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. **Quaisquer dúvidas contactar pelos telefones (32) 3690 – 8185 ou (32) 3690 – 8190.**

Juiz de Fora, 25 de setembro de 2019.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 - SO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Juiz de Fora informa a todos os interessados, que dará início no dia e hora divulgados no Aviso deste Edital, na sala de reuniões da Subsecretaria Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, situada na Avenida Brasil, nº 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, ao procedimento licitatório **TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019**, tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução por preço unitário, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 2006, Lei nº 12.211/2011 e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

1. DO OBJETO, CREDENCIAMENTO

1.1. DO OBJETO

1.1.1. É objeto desta licitação a seleção de sociedade empresária especializada para a **Prestação de serviços de engenharia elétrica para a execução de instalações elétricas, Iluminação, manutenção e implantação em próprios municipais, instalações elétricas e de iluminação interna e externa em prédios e edificações das diversas unidades da administração municipal, iluminação em praças, parques e jardins e em eventos promovidos, patrocinados, apoiados ou de interesse do Município de Juiz de Fora/MG**, conforme especificações constantes dos Anexos integrantes deste Edital.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

1.2.1. Da Execução dos Serviços:

A execução dos serviços Objeto compreende o desempenho de ações conforme programação da Prefeitura.

1.2.2. Dos Serviços a serem executados:

1.2.2.1. Execução de Redes Elétricas Subterrâneas em Próprios municipais, em Praças, Parques e Jardins Públicos para Iluminação destes locais.

1.2.2.2. Execução de Redes Elétricas Subterrâneas e Aéreas em Locais Públicos para a realização de Eventos abertos às comunidades, promovidos pelas diversas Unidades Administrativas da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), como: Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária, Funalfa, Museu Mariano Procópio, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Comunicação Pública, Secretaria de Transporte e Trânsito, dentre outras, conforme solicitação da CONTRATANTE.

1.2.2.3. Implantação e manutenção de instalações elétricas e Iluminação em Próprios Municipais, Praças, Parques e Jardins conforme as solicitações da CONTRATANTE.

1.2.2.4. Todo e qualquer material necessário à perfeita Execução dos Serviços será fornecido pela CONTRATANTE

1.2.2.5. Coordenação e supervisão da equipe de encarregado, eletricitas e ajudantes que executará serviços de instalações elétricas e iluminação nos próprios municipais e vias públicas, praças, parques e jardins e demais unidades da administração.

1.3. DO CREDENCIAMENTO

1.3.1. Os proponentes ou seus representantes legais deverão apresentar-se para credenciamento junto ao Presidente e/ou membros da comissão, munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, identificando-se com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, conforme **Anexo VI**.



1.3.2. O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para assinar atas, contratos, firmar compromissos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente em ambos os casos, **deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social**, no qual estejam expressos seus poderes.

1.3.3. A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta. Também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

1.3.4. Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a Comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

2 - DA HABILITAÇÃO

2.1. Para habilitação, deverá a sociedade empresária apresentar, no envelope “A” – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 1 (uma) via e em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à comissão licitante os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

2.1.1. Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação com, preferencialmente, no mínimo uma hora antes do início da sessão de abertura da licitação.

2.1.2. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

2.1.3. Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

2.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **60 (sessenta)** dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

2.2 - Para habilitar-se, a proponente deverá apresentar os seguintes documentos:

2.2.1. Certificado Cadastral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - **CAGEL**, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002, com a seguinte classificação: Categoria: B; Grupo Técnico 2 ou maior, e Grupo Econômico 01 ou maior; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

2.2.2. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo VIII**;

2.2.3. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme **Anexo X**.

2.2.4. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA ou CAU válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

2.2.5. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação, conforme **Anexo XV**.



2.2.6. Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, serviços de instalações elétricas de luz e força, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo "CREA" ou CAU e acompanhados da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

2.2.7. Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) de características semelhantes ao do objeto do Edital.

2.2.8. A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

2.2.8.1. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

2.2.8.2. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

2.2.8.3. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

2.2.8.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

2.2.9. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

2.2.10. O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ARTs para comprovação da qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação.

2.2.11. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 30 da Lei de Licitações.

2.2.12. Declaração, de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, conforme **Anexo XIV**.

2.2.13. Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de inexistência de fato impeditivo da habilitação, conforme **Anexo VII**.

2.2.14. Declaração da proponente de que o profissional detentor do (s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo, conforme **Anexo XI**.

2.2.15. Declaração de Conhecimento do Local das Obras onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas na licitação do presente Edital, conforme **Anexo IX**.

2.2.16. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.



2.2.16.1. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

2.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementara nº 123/06, *conforme Anexo V*.

2.4. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, *conforme Anexo V*.

2.5. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

2.5.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3 - DA PROPOSTA

3.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, sendo uma impressa, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada, com folhas numeradas e devidamente assinadas por representante legal da proponente e outra via em mídia digital (CD / DVD), com textos em Word e planilhas em Excel. **Ambas as vias deverão conter:**

3.1.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços, *conforme Anexo XII*.

3.1.2. Orçamento detalhado da equipe de mão de obra, ferramentas e Equipamentos de proteção Individual, indicando os quantitativos e respectivos preços unitários propostos. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

3.1.2.1. Planilha com detalhamento dos BDI's.

3.1.3. Cronogramas físico e financeiro, com previsão de desembolso mensal, *conforme Anexo III.2*.

3.1.4. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação (abertura do envelope, por parte da comissão), com indicação do número da conta-corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira, *conforme Anexo XIII*.

3.1.5. Os preços unitários (com LDI) estimados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários (com LDI) levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.



3.1.6. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

3.1.7. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

3.1.8. Não será aceita proposta que contenha rasuras e/ ou entrelinhas.

4 - DA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta. O Município não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento e do resultado do processo licitatório.

4.2. A proponente deverá entregar à comissão permanente de licitação, órgão colegiado decisório, no local, na data e na hora fixados neste Edital, através de representante legal da empresa ou representante constituído através de carta-credencial, a documentação de habilitação e proposta de preços.

4.3. A documentação e a proposta deverão ser entregues em 2 (dois) envelopes fechados, contendo o primeiro a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e o segundo a **PROPOSTA DE PREÇOS**, com as seguintes inscrições na parte frontal de cada um deles:

- **ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 - SO.
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
- **ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**
TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 - SO.
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:

4.4. É obrigatória a assinatura do representante legal da licitante nos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e na **PROPOSTA DE PREÇOS**.

4.5. A entrega dos 02 (dois) invólucros (Habilitação e Proposta) deverá, **preferencialmente**, ser pessoal mediante entrega pelo representante legal credenciado do proponente.

4.5.1. Serão aceitos os envelopes contendo as propostas comerciais e documentação de habilitação enviados através dos correios para o endereço da Avenida Brasil, 2001/6º andar, Centro, Juiz de Fora/MG, CEP 36060-010 - Comissão Permanente de Licitação - CPL. No entanto, a subsecretaria não se responsabiliza por eventuais atrasos na entrega dos envelopes por parte dos correios e nem diante de seu extravio, devendo os mesmos serem recebidos na subsecretaria até a data e horário definidos neste edital para abertura e sessão pública destinada aos recebimentos dos mencionados envelopes.

4.6. Após o horário estabelecido neste Edital, nenhuma proposta ou documento será recebido.

4.7. Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando-se duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

4.8. No horário fixado no preâmbulo deste Edital, na sala de licitações do endereço acima mencionado, após a entrega dos envelopes, a comissão encarregada da licitação dará início à abertura dos mesmos.



5. PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO

5.1. No dia, local e hora previstos, reunir-se-ão, em ato público, a comissão permanente de licitação, órgão colegiado decisório, e os proponentes presentes. O ato público poderá ser presenciado por qualquer pessoa, porém só terão o direito de usar da palavra, rubricar, impugnar documentos, consignar ou desistir de recursos, os representantes que estiverem munidos de credencial específica para esta licitação. Desta reunião, lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual ficarão registradas todas as ocorrências.

5.2. No dia, local e hora marcados para a entrega dos **Envelopes 01 e 02**, a Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação (envelope "01").

5.3. Aberto o **Envelope 01**, os documentos serão rubricados pela Comissão e a seguir, pelos representantes de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

5.4. Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inserido nos invólucros 01 e 02, exceto quando ocorrer a hipótese do § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. A comissão examinará os documentos e considerará habilitados os licitantes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os sumariamente em caso contrário.

5.5.1. Caso não seja possível analisar a **documentação de habilitação** na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo.

5.6. A comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados o **Envelope 02**, sem abri-lo, caso não haja interesse por parte dos participantes em interposição de recurso relativo a esta fase.

5.7. Concluída a fase de habilitação, a comissão marcará nova data (a ser divulgada aos licitantes) para abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preço**.

5.7.1. A comissão procederá, então, à abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preço** dos licitantes habilitados.

5.8. Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas serão rubricadas por todos os representantes credenciados dos licitantes presentes ao ato e pela comissão.

5.8.1. Rubricadas as propostas, a comissão lavrará ata de todo o ocorrido.

5.9. Após a análise das propostas e dentro do prazo a ela concedido, a comissão:

5.9.1. Desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às especificações e exigências do Edital, à legislação pertinente ao objeto, bem como as que ofertarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, comparados aos praticados no mercado.

5.9.2. Classificará as propostas, em ordem numérica crescente, a partir da de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.9.3. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita obrigatoriamente por sorteio, que poderá ser realizado na mesma sessão ou em nova reunião, à qual será dada a devida publicidade.

5.9.4. Lavrará relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.



5.9.5. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

5.9.6. No local, data e hora designados, divulgará a ordem de classificação, podendo fazê-lo através de publicação.

5.9.7. Divulgada a ordem de classificação, dará vista das propostas, aos representantes dos proponentes.

5.9.8. Caso não seja possível **analisar a proposta** na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para a divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo, com abertura de vistas e prazo para interposição de recurso.

5.10. Em qualquer fase da licitação, poderá a comissão promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive quanto à justificativa escrita da composição dos preços constantes da proposta formulada, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos invólucros 01 ou 02.

5.11. Havendo dúvidas sobre a adequação da proposta ou do orçamento apresentado, caberá à comissão encaminhar o processo à Secretaria Requisitante para que a mesma verifique a conformidade da proposta com os preços correntes do mercado, os quais deverão ser registrados na ata de julgamento.

5.12. A seu critério, a comissão poderá aceitar propostas em que se verifiquem erros de cálculos, mas reservando-se o direito de corrigi-los na forma seguinte:

5.12.1. Erro na transcrição das quantidades da relação fornecida para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o total.

5.12.2. Erro da multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, e corrigindo-se o produto.

5.12.3. Qualquer item do quadro de Quantidades não cotado, será considerado com valor 0 (zero), implicando na automática rejeição da proposta.

5.12.4. A comissão de licitação terá autoridade bastante para proceder a tais correções, através do Presidente da comissão, ou de quem este venha a delegar tal encargo.

5.12.5. No caso de preços unitários discrepantes em sua grafia numérica e em seu extenso, será considerado como o correto o valor grafado por extenso, ressalvada a hipótese de a discrepância ter sido mero erro formal, comprovado pelo resultado da multiplicação do valor desse preço unitário pela respectiva quantidade.

5.12.6. O preço total resultante da revisão, caso ocorra, processada na forma do subitem anterior, será considerado como o VALOR GLOBAL PROPOSTO, para efeito da presente licitação.

5.12.7. Caso o proponente não aceite a correção dos erros, a sua proposta será desclassificada.

5.13. O julgamento se fará entre as propostas aceitas e a classificação delas será feita levando-se em conta o **menor valor global**, que é o somatório de preço total dos serviços apresentados pelas empresas, obedecidos os critérios do item anterior, atendidas todas as exigências deste Edital quanto à proposta, **classificando-se em 1º lugar a proposta de menor preço global**.

5.13.1. Para efeito do disposto no item **5.13**, entende-se como preço global dos serviços aquele obtido pelo somatório dos resultados da multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos correspondentes.

5.14. Dos atos praticados pela comissão de permanente de licitação, órgão colegiado decisório, caberá recurso, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.



5.14.1. Os recursos deverão ser apresentados em documento original, assinados pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído e protocolados na Subsecretaria Comissão Permanente de Licitação, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

5.14.2. Serão permitidos o envio de impugnação, bem como remessa de desistência de recurso por e-mail ou pela via postal, sendo que neste caso, deverão ser obedecidas as disposições contidas no **item 4.5.1.**

5.15. Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a comissão permanente de licitação remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

5.16. Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo **após esse prazo expurgado.**

5.17. É facultado à comissão licitante no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

5.18. Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

5.18.1 – Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10 (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada;

5.18.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, sob pena de preclusão;

5.18.3 – A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

5.18.4 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.18.5 – No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 5.18.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

5.18.6 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 5.18.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

5.18.7 – O procedimento previsto no item 5.18 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

6 – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

6.1- A autoridade competente homologará o resultado da licitação e adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

6.2 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a



Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

6.3 - Decorrido o prazo do item 6.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

6.3.1 multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

6.3.2 impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

6.3.3 A multa de que trata o item 6.3.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7 – DO CONTRATO, DOS PRAZOS E GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

7.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

7.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

7.4. O prazo da execução dos serviços será de 18 (dezoito) meses corridos.

7.4.1. O prazo de vigência do contrato será de 21 (vinte e um) meses.

7.4.2. A diferença entre o prazo de execução e vigência do contrato deve-se a eventuais atrasos na emissão da OS e também para prestação de contas por parte da contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte da Secretaria de Obras.

7.4.3. A contratação dos serviços, objeto desta licitação será pelo regime de execução por preço unitário.

7.5. DOS PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.5.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS expedida pela Secretaria de Obras, contendo o prazo para execução dos serviços.

7.5.2. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

7.6. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

7.6.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, observadas as disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93. Quando o contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.



7.6.2. Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

7.6.3. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

7.6.4. Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

7.6.4.1. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

7.6.5. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 90 (noventa) dias após o término do prazo contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

7.6.5.1. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário:

- a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas.
- b) Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

7.6.6. A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

8. DOS PAGAMENTOS

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal em 02 (duas) vias, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 9.711/1998 e de acordo com as Instruções normativas nº IN MPS/SRP nº 4, de 28/07/2005, bem como pelas sucessivas alterações, culminando com a IN MF/RFB nº 938 de 15/05/2009, juntamente com o boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização da referida Secretaria.

8.1.1. A medição deverá ser realizada por servidor municipal especialmente designado para este fim e deverá ser visada por servidor da Secretaria de Obras.

8.2. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.

8.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.4. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto no item **8.1** serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

8.5. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente o SALDO Contratual remanescente.

8.6. O prazo para pagamento indicado no item **8.1** não pode servir de argumento para o não cumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações trabalhistas junto aos seus funcionários que estiverem a serviço da CONTRATANTE, como pagamento sempre no 5º (quinto) dia útil e recolhimento das taxas, contribuições



fundiárias e previdenciárias nas datas respectivas. Inclusive os pagamentos somente serão efetivados com apresentação do comprovante de recolhimento de todas as obrigações e encargos inerentes em valores pertinentes aos salários pagos.

8.7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.7.1. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos provenientes da CCSIP – Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública do município, com a seguinte dotação orçamentária nº: 091100 - 1.06.452.0004.2240.0000 – 0117600000 – 3.3.90.39.

8.8. RETENÇÕES DE IMPOSTOS

8.8.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009 Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

8.8.1.1. Retenção Previdenciária: Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009.

8.8.1.2. Retenção IR na Fonte: Conforme IN nº 21/2010, há retenção para Imposto de Renda na Fonte para serviços de Engenharia exceto na construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas, que é o caso em pauta. Portanto, **não há retenção de IR para esta contratação.**

8.8.1.3. Retenção de ISS: Conforme Lei nº 10.630/2003 art.47, o ISS devido será de 3%.

9 - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.1. Executar dentro da melhor técnica, através dos serviços prestados pela equipe contratada, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da PJF.

9.1.2. Permitir e facilitar à fiscalização da PJF, a inspeção dos serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

9.1.3. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

9.1.4. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade dos serviços prestados por sua equipe contratada, dentro das devidas atribuições de cada profissional, respondendo, inclusive, pela correta execução dos serviços a ela atribuídos, inclusive danos a terceiros causados por negligência de seu pessoal contratado.

9.1.5. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra, inclusive quanto à utilização efetiva de EPI's inerentes às atividades desenvolvidas.

9.1.6. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do respectivo Contrato junto ao CREA/MG.

9.1.7. Preencher conforme instruções, o Diário de Atividades que a CONTRATANTE manterá disponível em seu Estabelecimento.

9.1.8. Ser responsável, pelo acompanhamento e fiel cumprimento das especificações técnicas dos serviços executados por sua equipe.



9.1.9. O responsável técnico da CONTRATADA, deverá atender a CONTRATANTE sempre que solicitado, relativamente às questões Contratuais.

9.1.10. Submeter, todos os funcionários a serem utilizados pela CONTRATANTE, à entrevista prévia junto ao Servidor Público municipal que será indicado como gestor do contrato, e receber a aprovação do mesmo para o desempenho da função, tendo em vista que os trabalhos serão executados em todas unidades administrativas podendo inclusive ser em horário normal de expediente, o que caracteriza procedimentos diferenciados conforme o local de trabalho.

9.1.11. Encaminhar, à Prefeitura, até 05 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica do Contrato no CREA/MG.

9.1.12. Programar, quando solicitado, testes dos serviços executados em conjunto com a Supervisão / fiscalização da Prefeitura.

9.1.13. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização da PJF, que lançará a devida justificativa no diário de atividades.

9.1.14. Acatar toda orientação advinda da Fiscalização com relação às atividades programadas.

9.1.15. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.2.1. A coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos inerentes ao Contrato e fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

9.2.2. Credenciar junto à contratada, o representante especialmente designado pelo Secretário para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

9.2.3. Fornecer todo material necessário à boa execução dos serviços em tempo hábil, de forma a não ocasionar interrupção dos serviços programados.

9.2.4. Responsabilizar-se por todo o transporte da mão de obra, materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.

9.2.5. Fazer cumprir o prazo contratual.

9.2.6. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução dos serviços, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

9.2.7. Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

9.2.8. Acompanhar o desempenho dos serviços executados, atestando sua conformidade. Caso constatado procedimento inadequado poderá solicitar substituição do (s) Profissional (is) que não estiver (em) prestando os serviços adequadamente.

10 – DAS PENALIDADES E RESCISÃO

10.1. Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;



- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

10.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-ítems acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

10.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 10.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

10.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 10.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

10.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

10.6. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

10.7. O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

10.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

10.9. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. A Prestação de serviços deverá ser rigorosamente executada em conformidade com as especificações e Normas Técnicas pertinentes.

11.2. O objeto do contrato será recebido pela Prefeitura, nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.3 O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos mesmos, nem a ética profissional pela execução.



11.4. O Encarregado e os Eletricistas deverão apresentar Certificação de curso NR 10 e NR 32, dentro da validade.

12- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao presente TOMADA DE PREÇOS.

12.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.3. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pela comissão permanente de licitação, órgão colegiado decisório, e representantes credenciados dos proponentes.

12.4. Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 10 (dez) minutos do horário previsto.

12.5. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos através do e-mail: cpl@pjf.mg.gov.br.

12.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.7. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

12.8. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela subsecretaria obedecida a legislação vigente.

12.9. Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.

12.10. É vedada a participação:

- a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
- c) de interessados que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública do Município de Juiz de Fora;
- d) de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos do Município de Juiz de Fora, do Estado de Minas Gerais, de suas sociedades para estatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 120 (cento e vinte) dias anteriores à data desta licitação.
- e) de sociedade empresária que tenha participado da elaboração dos projetos básicos objeto deste Edital, conforme estabelecido pelo art. 9º da Lei federal nº 8.666/93.

12.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



12.12. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Projeto Básico.

ANEXO II - Especificações para execução dos serviços e outras informações.

ANEXO III – Documentos de Referência do Município:

III.a. Planilha Orçamentária de referência do Município.

III.b. Planilha auxiliar (Ferramentas / EPI's)

III.c. Cronograma Físico e Financeiro

III.d. Composição do LDI

III.e. Composição de Custos - Proventos e Encargos

ANEXO III.1 - Modelos de Planilha Orçamentária

ANEXO III.2 - Modelo de cronograma em excell

ANEXO IV – Minuta de Contrato.

ANEXO V – Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

ANEXO VI - Modelo de Carta Credencial para sessão pública

ANEXO VII – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

ANEXO VIII - Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento do Edital

ANEXO IX - Modelo de Declaração de Conhecimento dos locais de obra

ANEXO X - Declaração do Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

ANEXO XI - Declaração de Responsabilidade Técnica;

ANEXO XII- Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

ANEXO XIII – Modelo Declaração de Prazo de Validade da Proposta.

ANEXO XIV - Declaração de procedência legal e origem de madeira fornecida.

ANEXO XV - Modelo de Declaração de Disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa de Engenharia especializada na “Prestação de serviços de engenharia elétrica para a execução de instalações elétricas, Iluminação, manutenção e implantação em próprios municipais, instalações elétricas e de iluminação interna e externa em prédios e edificações das diversas unidades da administração municipal, iluminação em praças, parques e jardins e em eventos promovidos, patrocinados, apoiados ou de interesse do Município de Juiz de Fora/MG”, conforme especificações deste Projeto Básico.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a presente solicitação pela necessidade da melhoria da infra-estrutura urbana e em unidades da prefeitura com relação à instalação e manutenção da iluminação e de redes elétricas em geral. Tais ações têm por objetivo, promover adequada qualidade de vida para a população, preservação do patrimônio público municipal e segurança para as pessoas e comunidades em Eventos públicos, bem como das comunidades que se utilizam das Praças Públicas e demais próprios da prefeitura para atividades de lazer e recreação. A iluminação destes espaços trata-se de importante requisito contra uso e tráfico de drogas e atos que afrontam a moral e os bons costumes. O perfeito funcionamento das instalações elétricas nos Próprios Municipais garante a qualidade do trabalho e a segurança dos servidores bem como de usuários e contribuintes

2.1.1. Ações Preventivas: Manter e implantar Redes de Distribuição de Energia interna nos equipamentos urbanos, promovendo a continuidade e adequada prestação de Iluminação em Próprios Municipais, bem como Eventos Públicos.

2.1.2. Ações Corretivas: Atuar de forma rápida e eficiente em locais com interrupção de energia, seja quanto à vida útil, acréscimo de demanda ou obsolescimento, necessitando de urgentes reparos de forma a não ocasionar descontinuidade no bom funcionamento das instalações elétricas e no bom desempenho das atividades dos servidores públicos municipais.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A contratação para a prestação de serviço objeto do presente Projeto Básico, tem amparo legal na Lei nº 8.666/93.

3.2. A licitação será por Tomada de Preços. O regime de execução será por preço unitário.

4. DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O prazo da execução dos serviços será de 18 (dezoito) meses corridos.

4.2. O prazo de vigência do contrato será de 21 (vinte e um) meses.

4.3. A diferença entre o prazo de execução e vigência do contrato deve-se a eventuais atrasos na emissão da OS e também para prestação de contas por parte da contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte da Secretaria de Obras.

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



5.1. Quantitativos e valores relativos aos serviços objeto deste Projeto Básico, foram previamente levantados pelo Setor de Energia da PJF, tendo como referência de quantitativos e funções, as diversas atribuições e atividades a serem desempenhadas pelo Setor.

Relativamente aos preços unitários, sua adoção tem como base a Convenção Coletiva e salários praticados pelo SINDUSCOM JF, Legislação específica relativa ao salário mínimo de engenheiro. As especificações técnicas, composições Encargos Sociais, dentre outras tiveram como base o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

5.2. O valor da presente contratação está estimado em **R\$ 1.211.025,25 (um milhão, duzentos e onze mil, vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos).**

5.3. Os preços unitários (com LDI) estimados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários (com LDI) levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

5.4. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos provenientes da CCSIP – Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública do município, com a seguinte dotação orçamentária nº: 091100 - 1.06.452.0004.2240.0000 – 0117600000 – 3.3.90.39.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

6.1. Da Execução dos Serviços:

A execução dos serviços Objeto compreende o desempenho de ações conforme programação da Prefeitura.

6.2. Dos Serviços a serem executados:

6.2.1. Execução de Redes Elétricas Subterrâneas em Próprios municipais, em Praças, Parques e Jardins Públicos para Iluminação destes locais.

6.2.2. Execução de Redes Elétricas Subterrâneas e Aéreas em Locais Públicos para a realização de Eventos abertos às comunidades, promovidos pelas diversas Unidades Administrativas da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), como: Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária, Funalfa, Museu Mariano Procópio, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Comunicação Pública, Secretaria de Transporte e Trânsito, dentre outras, conforme solicitação da CONTRATANTE.

6.2.3. Implantação e manutenção de instalações elétricas e Iluminação em Próprios Municipais, Praças, Parques e Jardins conforme as solicitações da CONTRATANTE.

6.2.4. Todo e qualquer material necessário à perfeita Execução dos Serviços será fornecido pela CONTRATANTE

6.2.5. Coordenação e supervisão da equipe de encarregado, eletricitas e ajudantes que executará serviços de instalações elétricas e iluminação nos próprios municipais e vias públicas, praças, parques e jardins e demais unidades da administração.

7. DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA ou CAU válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

7.2. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação, conforme **Anexo XV**.

7.3. Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, serviços de instalações elétricas de luz e força, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s),



fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo "CREA" ou CAU e acompanhados da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

7.4. Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) de características semelhantes ao do objeto do Edital.

7.4.1. A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

7.4.1.1. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

7.4.1.2. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

7.4.1.3. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

7.4.1.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

7.4.2. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

7.4.3. O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ARTs para comprovação da qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação.

7.4.4. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 30 da Lei de Licitações.

7.5. Declaração, de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, conforme **Anexo XIV**.

7.6. Declaração da proponente de que o profissional detentor do (s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo, conforme **Anexo XI**.

7.7. Declaração de Conhecimento do Local das Obras onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas na licitação do presente Edital, conforme **Anexo IX**.

8. DA PROPOSTA

8.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, sendo uma impressa, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada, com folhas numeradas e devidamente assinadas por representante legal da proponente e outra via em mídia digital (CD / DVD), com textos em Word e planilhas em Excel. Ambas as vias deverão conter:



8.1.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços.

8.1.2. Orçamento detalhado da equipe de mão de obra, ferramentas e Equipamentos de proteção Individual, indicando os quantitativos e respectivos preços unitários propostos. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

8.1.3. Planilha com detalhamento dos BDI's.

8.1.4. Cronogramas físico e financeiro, com previsão de desembolso mensal.

8.1.5. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação (abertura do envelope, por parte da CPL), com indicação do número da conta-corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira.

8.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

8.3. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

8.4. Não será aceita proposta que contenha rasuras e/ ou entrelinhas.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Executar dentro da melhor técnica, através dos serviços prestados pela equipe contratada, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da PJF.

9.2. Permitir e facilitar à fiscalização da PJF, a inspeção dos serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

9.3. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

9.4. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade dos serviços prestados por sua equipe contratada, dentro das devidas atribuições de cada profissional, respondendo, inclusive, pela correta execução dos serviços a ela atribuídos, inclusive danos a terceiros causados por negligência de seu pessoal contratado.

9.5. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra, inclusive quanto à utilização efetiva de EPI's inerentes às atividades desenvolvidas.

9.6. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do respectivo Contrato junto ao CREA/MG.

9.7. Preencher conforme instruções, o Diário de Atividades que a CONTRATANTE manterá disponível em seu Estabelecimento.

9.8. Ser responsável, pelo acompanhamento e fiel cumprimento das especificações técnicas dos serviços executados por sua equipe.



9.9. O responsável técnico da CONTRATADA, deverá atender a CONTRATANTE sempre que solicitado, relativamente às questões Contratuais.

9.10. Submeter, todos os funcionários a serem utilizados pela CONTRATANTE, à entrevista prévia junto ao Servidor Público municipal que será indicado como gestor do contrato, e receber a aprovação do mesmo para o desempenho da função, tendo em vista que os trabalhos serão executados em todas unidades administrativas podendo inclusive ser em horário normal de expediente, o que caracteriza procedimentos diferenciados conforme o local de trabalho.

9.11. Encaminhar, à Prefeitura, até 05 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica do Contrato no CREA/MG.

9.12. Programar, quando solicitado, testes dos serviços executados em conjunto com a Supervisão / fiscalização da Prefeitura.

9.13. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização da PJF, que lançará a devida justificativa no diário de atividades.

9.14. Acatar toda orientação advinda da Fiscalização com relação às atividades programadas.

9.15. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. A coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos inerentes ao Contrato e fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

10.2. Credenciar junto à contratada, o representante especialmente designado pelo Secretário para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

10.3. Fornecer todo material necessário à boa execução dos serviços em tempo hábil, de forma a não ocasionar interrupção dos serviços programados.

10.4. Responsabilizar-se por todo o transporte da mão de obra, materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.

10.5. Fazer cumprir o prazo contratual.

10.6. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução dos serviços, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

10.7. Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

10.8. Acompanhar o desempenho dos serviços executados, atestando sua conformidade. Caso constatado procedimento inadequado poderá solicitar substituição do (s) Profissional (is) que não estiver (em) prestando os serviços adequadamente.

11. DOS PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

11.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS expedida pela Secretaria de Obras, contendo o prazo para execução dos serviços.



11.2. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal em 02 (duas) vias, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 9.711/1998 e de acordo com as Instruções normativas nº IN MPS/SRP nº 4, de 28/07/2005, bem como pelas sucessivas alterações, culminando com a IN MF/RFB nº 938 de 15/05/2009, juntamente com o boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização da referida Secretaria.

12.1.1. A medição deverá ser realizada por servidor municipal especialmente designado para este fim e deverá ser visada por servidor da Secretaria de Obras.

12.2. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.

12.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto no item **12.1** serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

12.5. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente o SALDO Contratual remanescente.

12.6. O prazo para pagamento indicado no item **12.1** não pode servir de argumento para o não cumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações trabalhistas junto aos seus funcionários que estiverem a serviço da CONTRATANTE, como pagamento sempre no 5º (quinto) dia útil e recolhimento das taxas, contribuições fundiárias e previdenciárias nas datas respectivas. Inclusive os pagamentos somente serão efetivados com apresentação do comprovante de recolhimento de todas as obrigações e encargos inerentes em valores pertinentes aos salários pagos.

13. DAS GARANTIAS

13.1. Deverão ser apresentada Garantia de Execução na forma da Lei.

14. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

14.1. A Prestação de serviços deverá ser rigorosamente executada em conformidade com as especificações e Normas Técnicas pertinentes.

14.2. O objeto do contrato será recebido pela Prefeitura, nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.3 O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos mesmos, nem a ética profissional pela execução.

14.4. O Encarregado e os Eletricistas deverão apresentar Certificação de curso NR 10 e NR 32, dentro da validade.



15. RETENÇÕES DE IMPOSTOS

15.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009 Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

15.1.1. Retenção Previdenciária: Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009.

15.1.2. Retenção IR na Fonte: Conforme IN nº 21/2010, há retenção para Imposto de Renda na Fonte para serviços de Engenharia exceto na construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas, que é o caso em pauta. Portanto, **não há retenção de IR para esta contratação.**

15.1.3. Retenção de ISS: Conforme Lei nº 10.630/2003 art.47, o ISS devido será de 3%.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A Secretaria de Obras, atendendo as necessidades do Município, promoverá através deste Procedimento Licitatório, a seleção de Empresa Especializada para a “Prestação de serviços de engenharia elétrica para a execução de instalações elétricas, Iluminação, manutenção e implantação em próprios municipais, ações de eficiência energética englobando projetos e execução de obras, instalações elétricas e de iluminação interna e externa em prédios e edificações das diversas unidades da administração municipal, iluminação em praças, parques e jardins e em eventos promovidos, patrocinados, apoiados ou de interesse do Município de Juiz de Fora/MG”.

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. Prazo de Execução dos serviços:

A Prestação de serviços terá prazo contratual de 18 (dezoito) meses. Deverão ser executados em conformidade com as especificações e determinadas da Fiscalização do Município. O prazo contratual será de 21 meses.

1.2. Procedimentos:

Para iniciar os trabalhos, a Contratada deverá estar de posse de autorização emitida pela fiscalização do Município com programações e demais informações que forem necessárias a execução e ao bom andamento dos serviços, bem como seguir as normas da ABNT correlatas, inclusive as NR-10 e NR-32, relativas à Segurança do Trabalho.

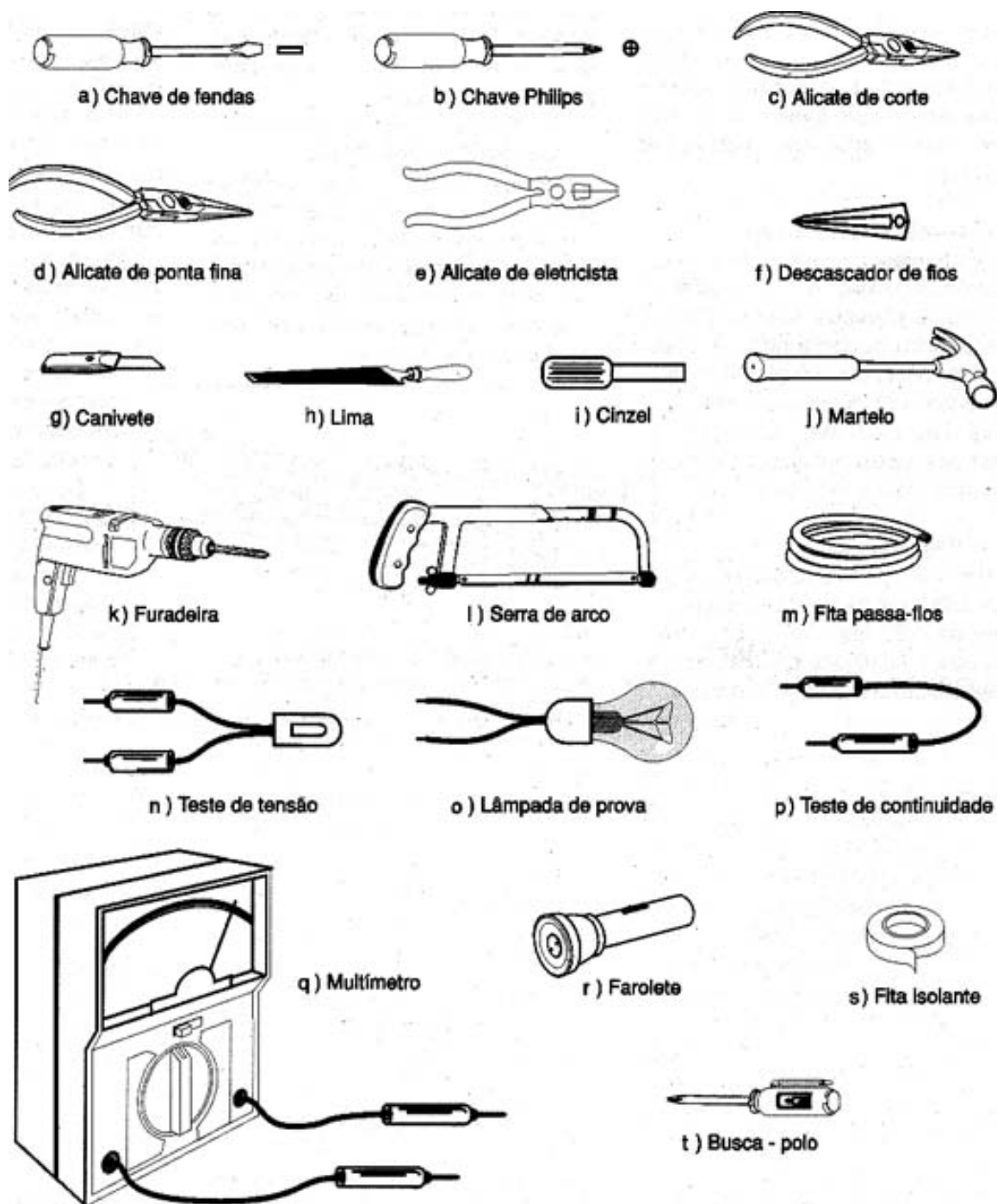
1.3. Composição da Equipe de mão de obra

Item	Quant. por mês
Serviços de Engenheiro Eletricista (RT)	1 (sendo 1 hora à disposição da equipe por dia trabalhado)
Serviços de Encarregado de equipe	1
Serviços de Eletricista	5
Serviços de Ajudante de Eletricista	3
Serviços de Apoio Administrativo (Administração 02 – Almoxarifado 01)	3
Total	13

1.4. Ferramentas manuais (1 unidade para cada eletricitista)

Item	Quantidade
Chave de fenda (conjunto)	5
Chave de fenda Ponta cruzada (conjunto)	5
Alicate de corte lateral	5
Alicate de ponta fina ou “ bico de pato”	5
Alicate de Eletricista (Universal)	5
Alicate desencapador (descascador de fios)	5
Lâmina ou canivete para eletricitista	5
Lima	5
Martelo	5
Furadeira/ aparafusadeira	5
Serra de arco	5
Chave de teste de tensão	5
Lâmpada de prova	5
Multímetro	5
Lanterna ou farolete	5
Fita isolante	5
Mala para guardar e transportar ferramentas	5
Eventuais	5

Todas as ferramentas acima listadas devem ter um cabo ou protetor de borracha, fazendo o isolamento elétrico e protegendo o profissional de choques e descargas elétricas.



1.5. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI:

Todos os profissionais deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual sob pena de serem impedidos de trabalhar e, conseqüentemente de receber durante o período sem EPI.

Para a segurança dos profissionais exigimos, no mínimo, os seguintes equipamentos de proteção individual (EPI):



Equipamentos de proteção Individual (3 unidades a cada semestre)

Item	Quant. por mês
Capacete com forro de borracha	30
Capa protetora com revestimento em borracha	30
Luvas revestidas de borracha do tipo grossa	30
Bota para eletricista	30
Cintos de Segurança tipo paraquedista (para atividades desenvolvidas em alturas superiores a 2 metros)	30
óculos protetor contra fagulhas	30
calça em tecido anti-chamas, 100% algodão, risco II, faixa refletiva, logomarcas, reforços, coim atendimento as normas: NFPA 2112 e NFPA 70, com todos os insumos utilizados na construção do fardamento com material anti-chama, padrão PJF (uniforme)	30
camisa em tecido anti-chamas, 100 % algodão, risco II, faixa refletiva, logomarcas, reforços, coim atendimento as normas: NFPA 2112 e NFPA 70, com todos os insumos utilizados na construção do fardamento com material anti-chama, padrão PJF (uniforme)	30
camisa de malha 100% algodão manga curta em tecido anti-chamas (uniforme)	30
Eventuais	30

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Serviços de Engenheiro Eletricista: (01 Profissional)

ATRIBUIÇÕES: O Profissional para este cargo deverá ter experiência em Supervisionar, Coordenar, orientar, dirimir dúvidas das equipes de trabalho e se responsabilizar perante a CONTRATANTE pelo trabalho desenvolvido por sua equipe.

Acompanhar e coordenar a execução de instalações elétricas e de iluminação a serem implantados ou em manutenção no âmbito da Administração Municipal seja em próprios municipais, edificações/prédios que atendem unidades administrativas da Prefeitura de JF ou vias públicas, parques, praças ou jardins.

2.2. Serviços de Encarregado de Equipe Elétrica: (01 Profissional)

ATRIBUIÇÕES: O Profissional para este cargo deverá ter experiência em comandar equipes de trabalho, espírito de liderança e conhecimento técnico para o seguinte:

- a. Montagem de Redes de Distribuição de Energia e Iluminação para Eventos promovidos pela prefeitura como: Carnaval, Torneios Leiteiros, Festas no Parque de Exposições, etc.
- b. Execução de redes elétricas aéreas e subterrâneas em Baixa Tensão, para iluminação de Praças, Parques e Jardins.
- c. Conhecimento sobre procedimentos para ligações provisórias junto à CEMIG.
- d. Manutenção em sistemas de iluminação em equipamentos urbanos como vias públicas, praças e monumentos públicos.
- e. Montagens e energização de redes elétricas para iluminação em Escadões, Travessas e Becos no perímetro urbano e rural.
- f. Montagem e ligação de quadros de comando e proteção de circuitos nas mais variadas potências, em baixa tensão, com utilização de disjuntores, contadores, reles fotoelétricos, timmers, etc.
- g. Acompanhamento e fiscalização da execução de projetos de instalações elétricas e iluminação nas obras contratadas pela prefeitura, observando a obediência aos projetos, qualidade do material empregado e da mão de obra, prazos e quantitativos envolvidos.
- h. Ações de eficiência energética em prédios administrativos, unidades escolares e de saúde, vias públicas, praças públicas e demais próprios municipais.
- i. Deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação para estarem aptos a conduzir veículos em deslocamentos pela cidade até o devido local de trabalho.

2.3. Serviços de Eletricista: (05 profissionais)

ATRIBUIÇÕES: Os profissionais para este cargo deverão ter experiência e conhecimento técnico para execução dos serviços de instalações elétricas e de iluminação em geral, em baixa tensão, dentre os quais citamos os seguintes:

- a. Montagem de Sistemas de Medição em postes conhecido comumente como “Caixa TAF”, dentro das normas e padrões CEMIG.
- b. Montagem, Instalação e Ligação de Redes Aéreas e Subterrâneas para fornecimento de Luz e Força, inclusive com sistemas de proteção, para atender aos eventos promovidos ou de interesse da Prefeitura.
- c. Montagem, Instalação e Ligação de Redes Aéreas e Subterrâneas para iluminação de Praças Públicas, Parques, Monumentos e demais equipamentos públicos, inclusive com sistema de proteção.
- d. Manutenção de Instalações Elétricas internas e de iluminação em prédios, edificações e unidades individuais, de propriedade da Prefeitura ou alugados.
- e. Instalação de Ligações provisórias segundo as normas e padrão CEMIG.
- f. Manutenção do sistema de iluminação e proteção e instalações elétricas de Estádios de Futebol e quadras poliesportivas individuais ou agregadas a Praças e Escolas.
- g. Manutenção, implantação e ligação de instalações elétricas e de iluminação em Hospitais, Escolas, Unidades de Saúde, Museu e demais próprios municipais.
- h. Deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação para estarem aptos a conduzir veículos em deslocamentos pela cidade até o devido local de trabalho.

2.4. Serviços de Apoio Administrativo (02 profissionais)

ATRIBUIÇÕES: Os profissionais para este cargo deverão possuir boa postura e dicção para o tratamento com os contribuintes, algum conhecimento sobre iluminação e trâmites junto à CEMIG para as mais diversas finalidades, domínio de sistema Word e Excel além de fluidez em trafegar pela Internet, para o desenvolvimento dos seguintes serviços:



- a. Contatos junto à CEMIG, Órgãos e Instituições sempre que se fizer necessário.
- b. Receber as demandas dos diversos setores da Administração e providenciar o atendimento
- c. Fazer contatos (serviço de retorno ao cliente) com contribuintes/consumidores/pessoas de qualquer origem que façam solicitação de manutenção em iluminação para constatar o atendimento, sua qualidade e satisfação ou não dos mesmos.
- d. Organizar a agenda do setor operacional da Empresa Contratada conforme as atividades de cada um de acordo com as demandas recebidas.
- e. Fazer todos os contatos necessários junto à CEMIG via sistema WEB e CEMIG Virtual, caso seja necessário para a realização dos serviços

2.5. Serviços de Almoxarifado (01 profissional)

ATRIBUIÇÕES: O profissional deverá ter experiência em controle de almoxarifado de material elétrico e montagem de luminárias equipadas com lâmpadas que façam uso de reatores e testes com lâmpadas e reatores dos mais diversos modelos e potências., além de:

- a. Receber material elétrico adquirido pela prefeitura e destinado à execução do objeto contratado.
- b. Distribuir o material elétrico requisitado pela área operacional da Empresa dando o respectivo destino e baixa no estoque.
- c. Providenciar a desmontagem de luminárias danificadas de forma a possibilitar o reaproveitamento dos materiais e equipamentos que ainda estejam em boas condições de utilização.
- d. Armazenar em local apropriado e nas devidas condições as lâmpadas de descarga inúteis que deverão ser submetidas a descarte por empresa especializada.
- e. Jamais, em tempo algum, ceder, para quem quer que seja qualquer tipo ou espécie de material, mesmo danificado.

2.6. Serviços de Ajudante de Eletricista: (03 Profissional)

ATRIBUIÇÕES:

Estarem aptos a auxiliar os eletricitistas para os quais forem encaminhados nos trabalhos a serem executados.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 - SO

ANEXO III – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO

ANEXO III.a. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNIT. C/ LDI: 26,85 %	TOTAL
1.	SERVIÇOS DE SUPERVISÃO DE ENGENHEIRO (1UNID.)	HT	414	108,98	R\$ 138,24	R\$ 57.229,57
2.	SERVIÇOS DE ENCARGADO DE EQUIPE (1 UNID.)	HT	3.960	29,89	R\$ 37,91	R\$ 150.130,50
3.	SERVIÇOS DE ELETRICISTA (5 UNID.)	HT	19.800	20,49	R\$ 25,99	R\$ 514.678,93
4.	SERVIÇOS DE AJUDANTE DE ELETRICISTA (3 UNID.)	HT	11.880	14,13	R\$ 17,92	R\$ 212.930,76
5.	SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (3 UNID.)	HT	11.880	16,77	R\$ 21,27	R\$ 252.664,60
6.	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	MÊS	18	601,75	R\$ 763,32	R\$ 13.739,76
7.	FERRAMENTAS	MÊS	18	422,68	R\$ 536,17	R\$ 9.651,13
TOTAL GERAL						R\$ 1.211.025,25



ANEXO III – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO

ANEXO III.b. PLANILHA AUXILIAR (FERRAMENTAS / EPI'S)

Ferramentas:				
Item	Descrição	Quan.	Preço Médio	Total
1	Chave de Fenda - (pequena, média e grande)	5	R\$ 58,27	R\$ 291,35
2	Chave de fenda ponta cruzada (pequena, média e grande)	5	R\$ 36,59	R\$ 182,95
3	Alicate de corte lateral	5	R\$ 56,44	R\$ 282,20
4	Alicate de ponta fina ou "bico de pato"	5	R\$ 35,69	R\$ 178,45
5	Alicate de eletricitista (Universal)	5	R\$ 43,02	R\$ 215,10
6	Alicate desencapador (Descascador de fios)	5	R\$ 160,75	R\$ 803,75
7	Lâmina ou canivete para eletricitista	5	R\$ 46,50	R\$ 232,50
8	Lima	5	R\$ 19,07	R\$ 95,35
9	Martelo	5	R\$ 36,48	R\$ 182,40
10	Furadeira / Parafusadeira	5	R\$ 688,00	R\$ 3.440,00
11	Serra de arco	5	R\$ 65,28	R\$ 326,40
12	Chave de Teste de tensão	5	R\$ 14,28	R\$ 71,38
13	Lâmpada de prova	5	R\$ 3,32	R\$ 16,60
14	Multímetro	5	R\$ 87,16	R\$ 435,80
15	Lanterna ou farolete	5	R\$ 44,03	R\$ 220,15
16	Fita isolante	5	R\$ 5,96	R\$ 29,78
17	Mala para guardar e transportar ferramentas	5	R\$ 120,83	R\$ 604,15
18.	Eventuais	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
Total geral (18 meses)				R\$ 7.608,30
Valor mensal				R\$ 422,68



Equipamento de proteção individual - EPI:, considerando-se vida útil de 6 meses						
Item	Descrição	Unidade	Cod. Sinapi	Quan.	Preço Médio	Total
1	Capacete com forro de borracha	Unid.	12895	30	R\$ 9,88	R\$ 296,25
2	Capa protetora com revestimento em borracha	Unid.	12894	30	R\$ 13,38	R\$ 401,25
3	Luvas revestidas de borracha do tipo grossa	Unid.		30	R\$ 6,50	R\$ 195,00
4	Bota para eletricitista	Unid.	36145	30	R\$ 39,84	R\$ 1.195,20
6	Cintos de Segurança tipo paraquedista (para atividades desenvolvidas em alturas superiores a 2 metros)	Unid.	36148	30	R\$ 65,04	R\$ 1.951,20
7	óculos protetor contra fagulhas	Unid.		30	R\$ 4,42	R\$ 132,60
	calça em tecido anti-chamas, 100 % algodão, risco II, faixa refletiva, logomarcas, reforços, coim atendimento as normas : NFPA 2112 e NFPA 70, com todos os insumos utilizados na construção do fardamento com material anti-chama, padrão PJF(uniforme)	Unid.		30	R\$ 75,00	R\$ 2.250,00
	camisa em tecido anti-chamas, 100 % algodão, risco II, faixa refletiva, logomarcas, reforços, coim atendimento as normas : NFPA 2112 e NFPA 70, com todos os insumos utilizados na construção do fardamento com material anti-chama, padrão PJF(uniforme)	Unid.		30	R\$ 75,00	R\$ 2.250,00
8.	camisa de malha 100% algodão manga curtaem tecido anti-chamas(uniforme)	Unid.		30	R\$ 22,00	R\$ 660,00
9.	Eventuais	Unid.		30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
Total geral (18 meses)						R\$ 10.831,50
Valor mensal						R\$ 601,75



ANEXO III – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO

ANEXO III.c. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

1.º Mês	2.º Mês	3.º Mês	4.º Mês	5.º Mês	6.º Mês
5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%
67.279,18	67.279,18	67.279,18	67.279,18	67.279,18	67.279,18

7.º Mês	8.º Mês	9.º Mês	10.º Mês	11.º Mês	12.º Mês
5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%
67.279,18	67.279,18	67.279,18	67.279,18	67.279,18	67.279,18

13.º Mês	14.º Mês	15.º Mês	16.º Mês	17.º Mês	18.º Mês	Total (R\$)
5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	100,00%
67.279,18	67.279,18	67.279,18	67.279,18	67.279,18	67.279,18	R\$ 1.211.025,25



ANEXO III – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO

ANEXO III.d. COMPOSIÇÃO DO LDI/BDI

COMPOSIÇÃO REFERENCIAL BDI DESONERADO: 26,85%

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC):	3,00%
LUCRO (L):	6,94%
DESPESAS FINANCEIRAS (DF):	0,59%
SEGUROS, GARANTIA (S,G)	0,80%
RISCO (R):	0,97%
TRIBUTOS (ISS/PIS/COFINS):	3,00% / 0,65% / 3,00%
CPRB:	4,50%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

ANEXO III – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO

ANEXO III.e. COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - PROVENTOS E ENCARGOS

DESCRIÇÃO			Serviços de supervisão de engenheiro	Encarregado Profissional (com periculosidade 30%)	Eletricista (com periculosidade 30%)	Ajudante de eletricista) (com periculosidade 30%)	Apoio Administrativo
Salário Base (legislação específica relativa ao salário mínimo de engenheiro = 8,5 salários mínimos)			=8,5*R\$ 998*1,3				
Salário Base (Projeções sobre tabela SINDUSCOM)				=1,5*R\$1551*1,3	=R\$ 1604*1,3	=R\$ 1106*1,3	= 1,1*R\$1551
SALÁRIO BASE			R\$ 11.027,90	R\$ 3.024,45	R\$ 2.085,20	R\$ 1.437,80	R\$ 1.706,10
GRUPO A		%		Valores Parciais (R\$)			
A1	INSS	20,00%	R\$ 2.205,58	R\$ 604,89	R\$ 417,04	R\$ 287,56	R\$ 341,22
A2	SESI	1,50%	R\$ 165,42	R\$ 45,37	R\$ 31,28	R\$ 21,57	R\$ 25,59
A3	SENAI	1,00%	R\$ 110,28	R\$ 30,24	R\$ 20,85	R\$ 14,38	R\$ 17,06
A4	INCRA	0,20%	R\$ 22,06	R\$ 6,05	R\$ 4,17	R\$ 2,88	R\$ 3,41
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ 66,17	R\$ 18,15	R\$ 12,51	R\$ 8,63	R\$ 10,24
A6	Salário Educação	2,50%	R\$ 275,70	R\$ 75,61	R\$ 52,13	R\$ 35,95	R\$ 42,65



A7	Seguro Contra Acidentes Trabalho	3,00%	R\$ 330,84	R\$ 90,73	R\$ 62,56	R\$ 43,13	R\$ 51,18
A8	FGTS	8,00%	R\$ 882,23	R\$ 241,96	R\$ 166,82	R\$ 115,02	R\$ 136,49
A9	SECONCI	1,20%	R\$ 132,33	R\$ 36,29	R\$ 25,02	R\$ 17,25	R\$ 20,47
Total do Grupo A		38,00%	R\$ 4.190,60	R\$ 1.149,29	R\$ 767,35	R\$ 529,11	R\$ 627,84

GRUPO B		%	Valores Parciais (R\$)				
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,77%	R\$ 1.959,66	R\$ 537,44	R\$ 370,54	R\$ 255,50	R\$ 303,17
B2	Feriados	3,69%	R\$ 406,93	R\$ 111,60	R\$ 76,94	R\$ 53,05	R\$ 62,96
B3	Auxílio-Enfermidade	0,93%	R\$ 102,56	R\$ 28,13	R\$ 19,39	R\$ 13,37	R\$ 15,87
B4	13º Salário	10,91%	R\$ 1.203,14	R\$ 329,97	R\$ 227,50	R\$ 156,86	R\$ 186,14
B5	Licença Paternidade	0,07%	R\$ 7,72	R\$ 2,12	R\$ 1,46	R\$ 1,01	R\$ 1,19
B6	Faltas Justificadas	0,73%	R\$ 80,50	R\$ 22,08	R\$ 15,22	R\$ 10,50	R\$ 12,45
B7	Dias de Chuvas	1,06%	R\$ 116,90	R\$ 32,06	R\$ 22,10	R\$ 15,24	R\$ 18,08
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	R\$ 12,13	R\$ 3,33	R\$ 2,29	R\$ 1,58	R\$ 1,88
B9	Férias Gozadas	11,25%	R\$ 1.240,64	R\$ 340,25	R\$ 234,59	R\$ 161,75	R\$ 191,94
B10	Salário Maternidade	0,03%	R\$ 3,31	R\$ 0,91	R\$ 0,63	R\$ 0,43	R\$ 0,51



	Total do Grupo B	46,55%	R\$ 5.133,49	R\$ 1.407,88	R\$ 970,66	R\$ 669,30	R\$ 794,19
--	-------------------------	---------------	---------------------	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------

GRUPO C		%		Valores Parciais (R\$)			
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,45%	R\$ 711,30	R\$ 195,08	R\$ 134,50	R\$ 92,74	R\$ 110,04
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,15%	R\$ 16,54	R\$ 4,54	R\$ 3,13	R\$ 2,16	R\$ 2,56
C3	Férias Indenizadas	2,90%	R\$ 319,81	R\$ 87,71	R\$ 60,47	R\$ 41,70	R\$ 49,48
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,55%	R\$ 501,77	R\$ 137,61	R\$ 94,88	R\$ 65,42	R\$ 77,63
C5	Indenização Adicional	0,54%	R\$ 59,55	R\$ 16,33	R\$ 11,26	R\$ 7,76	R\$ 9,21
Total do Grupo C		14,59%	R\$ 1.608,97	R\$ 441,27	R\$ 304,23	R\$ 209,78	R\$ 248,92

GRUPO D		%		Valores Parciais (R\$)			
D1	Reincidência do Grupo A sobre o Grupo B	17,69%	R\$ 1.950,84	R\$ 535,03	R\$ 368,87	R\$ 254,35	R\$ 301,81
D2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,57%	R\$ 62,86	R\$ 17,24	R\$ 11,89	R\$ 8,20	R\$ 9,72
Total do Grupo D		18,26%	R\$ 2.013,69	R\$ 552,26	R\$ 380,76	R\$ 262,54	R\$ 311,53

VALORES TOTAIS

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS SOBRE O SALÁRIO HORA (%)	117,40%	R\$ 12.946,75	R\$ 3.550,70	R\$ 2.423,00	R\$ 1.670,72	R\$ 1.982,49
VALOR TOTAL DO SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS (mensal)		R\$ 23.974,65	R\$ 6.575,15	R\$ 4.508,20	R\$ 3.108,52	R\$ 3.688,59
VALOR TOTAL DO SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS (hora)		R\$ 108,98	R\$ 29,89	R\$ 20,49	R\$ 14,13	R\$ 16,77

Fonte: SINAPI – Composição de Encargos Sociais

ANEXO III – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO

- ANEXO III.1 - MODELOS DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA *(em arquivo digital anexo)*
- ANEXO III.2 - MODELO DE CRONOGRAMA EM EXCELL *(em arquivo digital anexo)*



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E A

O Município de Juiz de Fora, neste ato representado por seu Prefeito, Sr., brasileiro, casado, inscrito no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado MUNICÍPIO, com a interveniência da **Secretaria de Obras - SO**, neste ato representada por seu Secretário Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº, doravante denominado **INTERVENIENTE** e a sociedade empresária, estabelecida à rua nº, bairro, cidade de, estado, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado da **TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 - SO**, conforme consta do processo administrativo próprio nº **05303/2019**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a **prestação de serviços de engenharia elétrica para a execução de instalações elétricas, Iluminação, manutenção e implantação em próprios municipais, instalações elétricas e de iluminação interna e externa em prédios e edificações das diversas unidades da administração municipal, iluminação em praças, parques e jardins e em eventos promovidos, patrocinados, apoiados ou de interesse do Município de Juiz de Fora/MG**, conforme especificações constantes dos Anexos do edital da **TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 - SO**, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

1.2.1. Da Execução dos Serviços:

A execução dos serviços Objeto compreende o desempenho de ações conforme programação da Prefeitura.

1.2.2. Dos Serviços a serem executados:

1.2.2.1. Execução de Redes Elétricas Subterrâneas em Próprios municipais, em Praças, Parques e Jardins Públicos para Iluminação destes locais.

1.2.2.2. Execução de Redes Elétricas Subterrâneas e Aéreas em Locais Públicos para a realização de Eventos abertos às comunidades, promovidos pelas diversas Unidades Administrativas da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), como: Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária, Funalfa, Museu Mariano Procópio, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Comunicação Pública, Secretaria de Transporte e Trânsito, dentre outras, conforme solicitação da CONTRATANTE.

1.2.2.3. Implantação e manutenção de instalações elétricas e Iluminação em Próprios Municipais, Praças, Parques e Jardins conforme as solicitações da CONTRATANTE.

1.2.2.4. Todo e qualquer material necessário à perfeita Execução dos Serviços será fornecido pela CONTRATANTE



1.2.2.5. Coordenação e supervisão da equipe de encarregado, eletricitas e ajudantes que executará serviços de instalações elétricas e iluminação nos próprios municipais e vias públicas, praças, parques e jardins e demais unidades da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

2.1. O presente contrato tem o valor global de R\$ (.....) conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

2.2. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos provenientes da CCSIP – Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública do município, com a seguinte dotação orçamentária nº: 091100 - 1.06.452.0004.2240.0000 – 0117600000 – 3.3.90.39.

CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E DOS PRAZOS

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O prazo da execução dos serviços será de 18 (dezoito) meses corridos.

3.4.1. O prazo de vigência do contrato será de 21 (vinte e um) meses.

3.4.2. A diferença entre o prazo de execução e vigência do contrato deve-se a eventuais atrasos na emissão da OS e também para prestação de contas por parte da contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte da Secretaria de Obras.

3.4.3. A contratação dos serviços, objeto desta licitação será pelo regime de execução por preço unitário.

3.5. DOS PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.5.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS expedida pela Secretaria de Obras, contendo o prazo para execução dos serviços.

3.5.2. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

CLÁUSULA QUARTA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, observadas as disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93. Quando o contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.



4.2. Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

4.3. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

4.4. Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

4.4.1. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

4.5. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 90 (noventa) dias após o término do prazo contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

4.5.1. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário:

a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas.

b) Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

4.6. A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA DOS PAGAMENTOS

5.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal em 02 (duas) vias, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 9.711/1998 e de acordo com as Instruções normativas nº IN MPS/SRP nº 4, de 28/07/2005, bem como pelas sucessivas alterações, culminando com a IN MF/RFB nº 938 de 15/05/2009, juntamente com o boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização da referida Secretaria.

5.1.1. A medição deverá ser realizada por servidor municipal especialmente designado para este fim e deverá ser visada por servidor da Secretaria de Obras.

5.2. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.

5.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

5.4. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto no item **5.1** serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

5.5. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente o SALDO Contratual remanescente.



5.6. O prazo para pagamento indicado no item **5.1** não pode servir de argumento para o não cumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações trabalhistas junto aos seus funcionários que estiverem a serviço da CONTRATANTE, como pagamento sempre no 5º (quinto) dia útil e recolhimento das taxas, contribuições fundiárias e previdenciárias nas datas respectivas. Inclusive os pagamentos somente serão efetivados com apresentação do comprovante de recolhimento de todas as obrigações e encargos inerentes em valores pertinentes aos salários pagos.

5.7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.7.1. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos provenientes da CCSIP – Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública do município, com a seguinte dotação orçamentária nº: 091100 - 1.06.452.0004.2240.0000 – 0117600000 – 3.3.90.39.

5.8. RETENÇÕES DE IMPOSTOS

5.8.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009 Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

5.8.1.1. Retenção Previdenciária: Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009.

5.8.1.2. Retenção IR na Fonte: Conforme IN nº 21/2010, há retenção para Imposto de Renda na Fonte para serviços de Engenharia exceto na construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas, que é o caso em pauta. Portanto, **não há retenção de IR para esta contratação.**

5.8.1.3. Retenção de ISS: Conforme Lei nº 10.630/2003 art.47, o ISS devido será de 3%.

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar dentro da melhor técnica, através dos serviços prestados pela equipe contratada, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da PJF.

6.2. Permitir e facilitar à fiscalização da PJF, a inspeção dos serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

6.3. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

6.4. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade dos serviços prestados por sua equipe contratada, dentro das devidas atribuições de cada profissional, respondendo, inclusive, pela correta execução dos serviços a ela atribuídos, inclusive danos a terceiros causados por negligência de seu pessoal contratado.

6.5. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra, inclusive quanto à utilização efetiva de EPI's inerentes às atividades desenvolvidas.

6.6. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do respectivo Contrato junto ao CREA/MG.

6.7. Preencher conforme instruções, o Diário de Atividades que a CONTRATANTE manterá disponível em seu Estabelecimento.



6.8. Ser responsável, pelo acompanhamento e fiel cumprimento das especificações técnicas dos serviços executados por sua equipe.

6.9. O responsável técnico da CONTRATADA, deverá atender a CONTRATANTE sempre que solicitado, relativamente às questões Contratuais.

6.10. Submeter, todos os funcionários a serem utilizados pela CONTRATANTE, à entrevista prévia junto ao Servidor Público municipal que será indicado como gestor do contrato, e receber a aprovação do mesmo para o desempenho da função, tendo em vista que os trabalhos serão executados em todas unidades administrativas podendo inclusive ser em horário normal de expediente, o que caracteriza procedimentos diferenciados conforme o local de trabalho.

6.11. Encaminhar, à Prefeitura, até 05 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica do Contrato no CREA/MG.

6.12. Programar, quando solicitado, testes dos serviços executados em conjunto com a Supervisão / fiscalização da Prefeitura.

6.13. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização da PJF, que lançará a devida justificativa no diário de atividades.

6.14. Acatar toda orientação advinda da Fiscalização com relação às atividades programadas.

6.15. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

7.1. A coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos inerentes ao Contrato e fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

7.2. Credenciar junto à contratada, o representante especialmente designado pelo Secretário para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

7.3. Fornecer todo material necessário à boa execução dos serviços em tempo hábil, de forma a não ocasionar interrupção dos serviços programados.

7.4. Responsabilizar-se por todo o transporte da mão de obra, materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.

7.5. Fazer cumprir o prazo contratual.

7.6. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução dos serviços, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

7.7. Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

7.8. Acompanhar o desempenho dos serviços executados, atestando sua conformidade. Caso constatado procedimento inadequado poderá solicitar substituição do (s) Profissional (is) que não estiver (em) prestando os serviços adequadamente.



CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 8.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

8.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 8.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

8.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

8.6. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresse aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

8.7. O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

8.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1. A Prestação de serviços deverá ser rigorosamente executada em conformidade com as especificações e Normas Técnicas pertinentes.



9.2. O objeto do contrato será recebido pela Prefeitura, nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3 O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos mesmos, nem a ética profissional pela execução.

9.4. O Encarregado e os Eletricistas deverão apresentar Certificação de curso NR 10 e NR 32, dentro da validade.

CLÁUSULA DÉCIMA **DA CESSÃO DO CONTRATO E DAS COMUNICAÇÕES**

10.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

10.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretenso cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

10.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

10.3. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **DO FORO**

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Juiz de Fora, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 2019.

PREFEITO

SECRETÁRIO DE OBRAS

CONTRATADA

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO VI - MODELO DE CARTA-CREDENCIAL PARA SESSÃO PÚBLICA

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG,
residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº,
detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios,
confere-os à, portador da cédula de identidade RG, e
inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico de representar a outorgante perante
Prefeitura de Juiz de Fora, na **Tomada de Preços nº 005/2019**, podendo assim retirar editais, propor seu
credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de
fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se
fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....
(local e data)

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital da **Tomada de Preços nº 005/2019**, assim como tem pleno conhecimento
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, por intermédio da
pessoa legalmente credenciada Sr(a), CPF nº....., declara, sob as penas da Lei,
que tem pleno conhecimento do Local onde serão executadas as obras e serviços de engenharia objeto deste
Edital.

Juiz de Fora, de de 2019

.....
Identificação da Sociedade Empresária

Assinatura

Nome do responsável (por extenso e legível)

CPF nº

RG nº

Cargo e/ou função



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO X

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(**nome da empresa**), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr(a).
....., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Em atendimento ao Edital da, declaramos que o profissional detentor do(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, Sr. (CREA/CAU nº ..), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora e comprovará seu vínculo empregatício mediante a apresentação de cópia(s) do(s) contrato(s) de trabalho do profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, ou, ainda, por meio do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s).

_____, _____ de _____ de 2019.

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Autorizo a inclusão do meu nome como Responsável Técnico pela execução das obras e serviços objeto do, caso a sociedade empresária seja contratada pela Prefeitura de Juiz de Fora.

_____, _____ de _____ de 2019.

NOME / CREA / CAU/ ASSINATURA DO R.T



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO XII

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura de Juiz de Fora
Avenida Brasil, 2001 – 6º Andar, Centro
Juiz de Fora, MG
Att.: Presidente da comissão permanente de licitação

Apresentamos e submetemos à apreciação dessa comissão de licitação, nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação.

O nosso preço global constante do orçamento da presente **Tomada de Preços nº 005/2019 – SO** é de R\$-..... (.....).

Acompanha a nossa proposta de preços a **Planilha Orçamentária e o Cronograma** bem como todos os elementos julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Declaramos, igualmente, que em nosso preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme Projeto Básico e anexos constantes da Tomada de Preços, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.

Declaramos ainda, que:

- Temos pleno conhecimento dos serviços e obras de engenharia a serem executadas.
- Recebemos do Município todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.
- Estamos cientes dos critérios de medição e pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente.
- Obrigamos-nos a aceitar o direito do Município de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta Licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa Proposta, no todo ou em parte.
- Obrigamos-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura.



Reconhecemos o direito do Município de paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e a aquisição, pelo preço de custo comprovado, dos materiais por nós adquiridos, existentes no local dos serviços e a eles destinados.

Utilizaremos a equipe técnica e administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização do MUNICÍPIO.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO XIII

MODELO DECLARAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

À
PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
ENDEREÇO
CIDADE – ESTADO
Att.: Presidente da comissão permanente de licitação

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a manter a nossa proposta comercial relativa à **Tomada de Preços nº 005/2019**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da mesma, para fins de julgamento e de contratação.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 – SO

ANEXO XIV

**Declaração de procedência legal e origem de madeira fornecida,
conforme Decreto Estadual nº 44.903/2008**

À

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura de Juiz de Fora
Juiz de Fora-MG

Em conformidade com o disposto no artigo 4º, do Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de Minas Gerais, eu, R.G., legalmente nomeado representante da Empresa, CNPJ, para o fins de habilitação no procedimento licitatório da **Tomada de Preços nº 005/2019**, declaro sob as penas da lei, que para a execução da referida Licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de exploração autorizada, certificada ou de manejo florestal aprovado por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e no art. 72, § 8º, inciso V da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Atenciosamente

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



TOMADA DE PREÇOS nº 005/2019 - SO

**ANEXO XV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,
APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO**

À
PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
ENDEREÇO
CIDADE – ESTADO
Att.: Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a ter disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para realização do objeto da licitação **Tomada de Preços nº 005/2019 – SO**.

.....
(local e data)

Identificação da Sociedade Empresária
Assinatura
Nome do responsável (por extenso e legível)
CPF nº
RG nº
Cargo e/ou função

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.